

HISTORIAS REPETIDAS

REPEATED STORIES

Cidades inclusivas para as mulheres: da história das mulheres às transformações no espaço da cidade

Inclusive cities for women: from women's history to transformations in the city space

Ciudades inclusivas para mujeres: de la historia de las mujeres a las transformaciones en el espacio de la ciudad

Daniela Pareja Garcia Sarmento* y Flávia Andressa Bankhardt**

Citar este artículo como: Pareja Garcia, D. y Bankhardt, F. A. (2020). Cidades inclusivas para as mulheres: da história das mulheres às transformações no espaço da cidade. *Revista Nodo*, 14(28), pp. 86-102.

Resumo

Busca-se entender o desenvolvimento da vida das mulheres, a condição delas em sua esfera pública e privada, de que forma esses acontecimentos intervieram no espaço urbano e como os avanços conquistados pelas mulheres ao longo dessa trajetória influenciam as cidades atuais. Para realizar o estudo sobre a história da mulher, considera-se o recorte a partir das primeiras civilizações, constituídas a partir do surgimento das cidades e até a cidade contemporânea, buscando uma reflexão sobre como a universalização dos usuários da cidade afeta a vida das mulheres e de grupos socialmente excluídos, e os desafios a serem enfrentados para construir cidades mais inclusivas.

Palavras-chave: mulheres, urbanismo de gênero, direito à cidade.

Abstract

It seeks to understand the development of women's lives, their condition in public and private environments, how these events intervene in the urban space, and how the advances conquered by women along with this path influence today's cities. To conduct the study about women's history, we considered the first civilizations, formed from the development of cities to the contemporary city, promoting a reflection on how the universalization of the city's population affects women's and socially excluded groups' lives, and the challenges to be overcome to build more inclusive cities.

Keywords: women, gender urbanism, right to the city.

Fecha de recepción: 16 de junio de 2019 • Fecha de aprobación: 2 de marzo de 2020

* Arquitecta e urbanista. Profesora no Curso de Arquitectura e Urbanismo FURB, Universidade Regional de Blumenau. Correo electrónico: daniela@terra.arq.br

** Bacharel em Arquitectura e Urbanismo pela FURB, Universidade Regional de Blumenau. Correo electrónico: flavia-bankhardt@gmail.com

Resumen

El presente artículo busca comprender el desarrollo de la vida de las mujeres, su condición en la esfera pública y privada y cómo esto se evidencia en el espacio urbano. También pretende entender la forma en que los avances logrados por las féminas a lo largo de la historia influyen en las ciudades de hoy. Para ello se vuelve la mirada a las primeras civilizaciones constituidas a partir del surgimiento de las ciudades hasta llegar a las contemporáneas para ver cómo la generalización de los usos y prácticas afecta la vida de las mujeres y a otros grupos excluidos socialmente, lo cual señala grandes desafíos a la hora de construir ciudades más inclusivas.

Palabras clave: mujeres, urbanismo de género, derecho a la ciudad.

Introdução

A urbe em sua primeira concepção, deveria proporcionar o direito à cidade à todas as pessoas. Sob o manto da neutralidade, entretanto, o espaço urbano revela regras ocultas que correspondem à estruturas de poder que regem toda a sociedade, e a posição das mulheres dentro dessa rede, consiste em pouco progresso de igualdade. A cidade é o ambiente feito pelas pessoas, e a sua percepção é complexa: a concepção de sua forma de funcionar afeta mais do que é normalmente visível em nossas atividades diárias e em determinadas partes da cidade, barreiras invisíveis fazem o controle real do espaço público de tal forma que não necessitam de barreiras físicas.

Os espaços utilizados de forma segura pelas mulheres estão bem definidos no mapa mental de quase todos os cidadãos, com lugares e horários específicos (geralmente para mulheres, idosos, crianças ou pessoas com deficiência), assim podemos dizer que há diferentes mapas que definem o território da cidade. Toda mulher aprende desde a infância, quais são os locais e horários em que não podem fazer uso da cidade.

Esses códigos são construídos ao longo do tempo, e cabe aqui realizar um resgate sobre a origem da construção desse mapa mental, buscando entender como foram construídas as regras de uso da cidade ao longo do tempo, e com isso desvendar o mapa que define o lugar da mulher na cidade e identificar as transformações que ocorreram nesse mapa, na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços públicos das cidades.

Pode-se iniciar essa discussão definindo a origem do poder patriarcal e sua influência na construção das cidades. A origem das cidades começa com a sedentarização do homem e é nesse momento, que os papéis sociais de gênero são fixados: o homem fica incumbido pela caça e defesa, pelo poder e força, e pela responsabilidade pelo domínio e proteção do território, e a mulher fica encarregada pelo cuidado da prole e o cultivo de alimentos.

O antropólogo Antônio Risério faz uma importante reflexão desse momento da origem das cidades. Ele chama a atenção para a função que a mulher exercia ficando fixa na aldeia e o seu papel com o desenvolvimento da organização coletiva, ponderando que coube à mulher o papel fundamental na produção da linguagem, dos códigos e signos linguísticos. Sendo a cidade filha da linguagem, Risério explica que:

Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimentos e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teria existido. E sem a previsão e a consciente disciplina moral que a cultura neolítica introduziu em todas as fases da vida, é de se duvidar que pudesse ter emergido a cooperação social mais complexa que surgiu com a cidade (...) a casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher (Risério, 2015, p. 61).

Assim, a mulher tinha um papel essencial na organização das aldeias primitivas. Além de cuidar das crianças e dos idosos, ela fabricava vasilhas, fazia unguentos e poções para cuidados da saúde, e efetuava o plantio dos alimentos, como já citado.



Figura 1. Mulher com seus filhos. Fonte: Daniela Mattes.

Porém, com o passar dos milênios, os homens primitivos aumentaram a escala de produtividade da agricultura, inventaram o arado, complementado pela força animal, criando-se rebanhos e meios de irrigação do solo, tudo isso contribui para a substituição do trabalho de cultivo da mulher.

Nesse momento, pode-se perceber um distanciamento de papéis em relação aos gêneros, pois, além de ter seu trabalho suprido, a mulher passa a exercer funções menos importantes para a sobrevivência da aldeia, portanto, o papel da mulher começa a ser desprezado, gerando um predomínio masculino nos clãs, dando-se início ao patriarcado. (Gonzaga, 2004).

É nesse momento histórico, que o homem se fixa no território, criando seus excedentes, e com o acúmulo de terras, gado e escravos surgem as primeiras cidades e conseqüentemente as primeiras classes de dominadores e dominados.

Assim, as mulheres são submetidas à tal relação de poder, na qual exercem papel de submissão ao homem. Isso acontece, pois ela deixa de trabalhar para o coletivo e passa a atender às necessidades de apenas um homem.

Desta forma, é possível dizer que o surgimento das cidades dá-se a partir do domínio do patriarcado, entendido como “o governo do pai”. O termo é usado num sentido mais amplo que pode caracterizar a autoridade imposta institucionalmente

do homem sobre a mulher e filhos, no ambiente familiar, que permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação, e à cultura.

Risério (2015) revela ainda, que ao longo de vários períodos históricos, o desenho das cidades foi uma tarefa desenvolvida pelos homens, ou seja, as mulheres nunca tiveram o direito de participar na definição e construção da urbe.

Gonzaga (2004) relata que elas estiveram presentes na construção do espaço construído, porém, permaneceram invisíveis com as atividades e funções que desempenharam, não usufruindo das cidades, e sendo restringidas ao espaço doméstico.

Entende-se que a invisibilidade, não diminuiu o papel histórico da mulher no processo de formação da civilização humana, destaca-se também, que “segundo as feministas, a luta da mulher por sua libertação e autonomia já dura milênios, e ela vem transformando decisivamente o modo de pensar da humanidade” (p. 85).

A construção dos gêneros articula-se de acordo com as hierarquias que a estrutura patriarcal traz consigo, e os papéis de gênero são uma definição sociocultural sobre aquilo que é apropriado para cada sexo. A cada papel corresponde um espaço: A casa e a cidade (Montaner e Muxi, 2014, p. 197). Nesse contexto, tem-se consolidado que ao longo da história ocidental, até meados do século XX, o espaço das cidades, a rua é de domínio masculino e a casa, o interior, de poderio das mulheres, este ainda com certas restrições.

A redução do espaço feminino na cidade, limitando-se ao espaço privado, é um dos fatores que explica porque elas sabiam mais sobre os fatores domésticos. Essa questão somada à habilidade de cuidado com a proteção primária, e o conforto e segurança alimentar da família, são os atributos que fazem das mulheres, as principais responsáveis pelas invenções da domesticidade moderna. Entretanto, a condição da mulher confinada ao ambiente doméstico, é uma construção sócio-cultural que

desencadeou estereótipos femininos, como o papel da mulher de ser procriadora, a vivência restrita aos modos da família, e à submissão ao poder do homem público e provedor. Estes fatos restringiram o potencial de transformação social do grupo feminino, limitando a mulher à atividades de cunho reprodutivo.

O homem, ao utilizar o espaço público, desenvolve habilidades políticas e culturais, cuja vivência determina a utilização das cidades. Dessa forma, pode-se dizer que os mapas mentais de exclusão e submissão de gênero que são desenvolvidos sutilmente nas mentes das pessoas, foram desenhados pelo homem ao longo da história.

A história da mulher e as transformações no espaço da cidade

Com o entendimento da forma que ocorreu a apropriação do espaço das mulheres na cidade, e sua transição entre a esfera pública e privada a partir da determinação do patriarcado, cabe investigar como desenvolveram-se as transformações ao longo da história, em relação aos papéis desempenhados pelas mulheres, bem como evoluiu o acesso ao seu direito à cidade e à cidadania.

A “primeira mulher” para Lipovetsky (2000), é historicamente a mulher que viveu na antiguidade, principalmente, no âmbito das civilizações grega e romana. Nesse período, as mulheres eram desprezadas e depreciadas: não exerciam funções nobres, pois tinham sua potência relacionada a algo maléfico ou diabólico. No meio social primitivo, as mulheres camponesas administravam com certa propriedade a organização econômica familiar, porém, não tinham direito nenhum de assumirem cargos elevados ou secundários em funções políticas e militares.

Roma, por ser um poderoso estado escravagista, acentuava a relação patriarcal. O pai, chefe da família, detinha poder absoluto sobre a vida de todos que viviam sob a sua autoridade. Alembert

(1997) ressalta, porém, que há vestígios de que a família romana teve sua origem a partir de clãs maternos. Então, no início do Império, apesar da austeridade do papel do homem, as mulheres romanas, diferentemente das gregas, podiam andar livremente pelas ruas, ir ao teatro, frequentar o fórum, podiam receber visitas nos átrios de suas casas, cuidavam da educação de seus filhos, apreciavam a arte e ajudavam os maridos a gerenciar seus bens. As mulheres eram companheiras de seus esposos, apesar de dever-lhes obediência. Porém, na fase final do Império Romano, toda essa lógica se inverte e a sociedade se modifica, vivendo longos períodos de devassidão, promiscuidade e corrupção.

Nesse momento, surge uma nova ordem de organização social, pautada pela influência do Cristianismo, que há muitos séculos já vinha minando as bases da civilização romana. Inicia-se, assim, a construção de uma nova força redentora, capaz de alterar a vida de todos, em especial das mulheres, que sofrem, agora, com o poder Patriarcal Religioso, que começa a partir do século V e vai até às Revoluções Burguesas ocidentais, compreendendo a história da Europa Ocidental e Europa Central, até o Século XII.

A Idade Média é marcada por ser um período de pouco destaque das mulheres, na qual continuaram a serem consideradas propriedades masculinas, porém, cuidavam da agricultura, tendo certo acesso ao espaço público. Duby e Perrot (1990) ressaltam a questão da misoginia medieval, no qual a cultura do período não compreendia as mulheres, e por isso rejeitavam-nas, considerando-as seres inferiores.

A partir do século XII, para Lipovetsky (2000), desenvolve-se um novo modelo de mulher, que ele denomina como “a segunda mulher”, caracterizada pela esposa-mãe-educadora. É atribuído às mulheres a imagem do “belo sexo” e de “fada do lar”, designando à elas “o poder feminino”, no imaginário dos homens e no âmbito doméstico. Esse “poder” se caracteriza pelo domínio na criação dos filhos e a força civilizadora dos costumes.

Para complementar o entendimento sobre esse novo momento da história da mulher, como gestora da educação, responsável pelos costumes e dona de toda beleza. Pinsky (2014) destaca a influência de duas revoluções que marcaram fortemente a história da cidadania das mulheres: a Revolução Francesa e a Revolução Americana.

As mulheres americanas colaboraram mantendo sozinhas a família e a propriedade. O modelo republicano emerge junto com uma nova nação. As mulheres continuam com seus direitos civis excluídos e são chamadas a dedicarem-se de corpo e alma à família e à responsabilidade de formar os novos cidadãos americanos que deveriam ser instruídos pelo sentimento da liberdade. Assim, as suas atividades domésticas passam a ter um caráter cívico, e seu papel social adquire uma nova dimensão: zelar pela construção do país em termos de virtude e moral.

Após a independência, as mulheres organizam-se em associações, ligadas muitas vezes à igreja. Essa prática inspira a participação das mulheres americanas nos movimentos abolicionistas e feministas do século XIX. Essas intenções produziram uma influência direta na vida pública e motivaram a ampliação e emancipação feminina.

Durante a Revolução Francesa alguns avanços foram conquistados. As mulheres participavam ativamente dos confrontos e reivindicavam ao Estado soluções para questões econômicas. Em paralelo, exigiam os seus direitos, como são o acesso à educação, ao trabalho e à posse de armas. Depois de todo o engajamento pela luta de direitos e igualdade, na fase final do Período Revolucionário, em 1793, foram tolhidos os direitos políticos às mulheres, pois a maioria dos homens que apoiava a Revolução Francesa, não concordava que a liberdade, igualdade e fraternidade poderiam ser estendidas às mulheres. Ao final foram eles, os homens, favoráveis a volta do grupo feminino às questões domésticas, reforçando o antigo ideal da natureza feminina.

Pode-se dizer que o resultado vivido pela influência da Revolução Francesa é um marco para o avanço

da cidadania feminina e na discussão dos direitos humanos, pois, mesmo atuando como donas de casas, elas organizavam-se para a defesa de seus interesses, reivindicando o controle de preços, buscando uma alternativa à economia capitalista e exigindo que o Estado desempenhasse um papel protetor dos menos favorecidos ao regular a economia.

Portanto, a luta das mulheres na história foi pautada, no final do século XVIII, pelas teorias do Iluminismo. O Iluminismo traz uma nova abordagem a respeito da questão da cidadania, ao afirmar que cada indivíduo é possuidor de um direito, contrapondo as teorias mais antigas que legitimavam as questões de hierarquia e desigualdade. Este período de revisão e reformas, aperfeiçoou a sociedade sob a luz dos princípios marcados pela razão.

Porém, ainda que determinados teóricos defendiam as ideias Iluministas dando autenticidade à questão da igualdade, eles não defendiam os mesmos direitos para as mulheres, por considerarem-nas seres da natureza inferiores aos homens, e portanto, subordinadas a eles. Eles caracterizavam as mulheres como um gênero movido pela paixão, no qual não seriam capazes de raciocinar do mesmo modo que os homens, e esse comportamento poderia colocar em risco a sociedade: “A maior parte dos homens das luzes ressaltou o ideal tradicional da mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas” (Pinsky e Pedro, 2014, p. 267).

O crescimento da influência das mulheres, desencadeia um movimento de ataque às que viviam a cena pública. Sua influência era vista como “não natural” na sociedade, e as mulheres que atuavam em território masculino, eram repreendidas em favor da mulher doméstica, influenciando o pensamento durante a Revolução Francesa e Napoleônica (1789 - 1815).

É no início do século XIX, que consolida-se na imprensa e na opinião pública, a distinção entre “mulher respeitável” e “não respeitável”, com a ideia

“de que a atuação das mulheres em arenas tradicionalmente masculinas era sinal de corrupção e desordem, alimentava-se o pensamento de que a ação das mulheres no lar teria um efeito positivo na sociedade” (p. 267).

Os papéis e espaços de atuação das mulheres a partir do século XIX

O século XIX pode ser reconhecido pelo ideal de modernidade, e também por redesenhar as experiências femininas. Foi o século que popularizou o ideal da mulher restrita à esfera doméstica, potencializou a segregação sexual nos espaços públicos e privados, reforçou a condição de inferioridade feminina, negou autonomia e limitou direitos. Por outro lado, segundo Pinsky e Pedro (2014) “ampliou possibilidades e, entre outras coisas, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais” (p. 267).

É nesse período que as mulheres se deslocam, saem do campo para as cidades, atraídas pelas oportunidades de emprego. Nesse movimento os espaços exprimem as relações de poder e segregam os gêneros nas cidades. Há a percepção de espaços que excluem as mulheres, e outros que são destinados somente para tal público, como é o exemplo das Casas de chá e dos grandes Magazines de Igrejas. “As mulheres de classe média mais populares, circulam mais livremente, encontravam-se na rua, nos mercados e nas lavanderias” (Perrot e Bresciani, 1988, p. 38).

Em seu estudo sobre as mulheres burguesas no norte da França no século XIX, Perrot e Bresciani ressaltam a contradição da mulher dona de casa, insignificante, negligenciada, administradora de família, que vive no centro do espaço urbano (1988).

Trata-se de um discurso naturalista, quando define duas espécies com qualidade e característica particulares, dando ao homem, o cérebro,

a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão e as mulheres o coração, a sensibilidade os sentimentos.

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem uma função, tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seus lugares quase predeterminados, até em detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “ao homem, a madeira e os metais. às mulheres a família e os tecidos” declara um delegado operário da exposição mundial de 1867 (p. 178).

Com essa citação, entende-se que a economia política é fator determinante na construção desses papéis, pois distingue a Produção, a Reprodução e o Consumo. Perrot e Bresciani destacam, assim, a relação da constituição do espaço privado familiar como sendo predominantemente feminino, e levantam uma questão interessante ao dizer que:

Primeiramente, nem todo o público é o político, nem todo público é masculino, a presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato (p. 180).

Nesse contexto, entende-se que os autores abordam o fenômeno que foram as Casas de Chás, espaços alimentícios e de socialização, e os grandes Magazines, locais de consumo frenético, que alimentavam o imaginário da cidade sexualizada, frequentados pelas mulheres ávidas por novidade, na qual reuniam-se costureiras, operárias e mulheres da sociedade. O hábito alimentar define os espaços. Os homens socializavam-se em espaços para esporte, política e jogos. Nesses locais que eram considerados masculinos e de prática política, as mulheres não eram bem vistas.

Para as mulheres menos abastadas, as lavanderias eram o principal local público de socialização, mas também eram uma alternativa de trabalho. Esses

locais não tinham caráter político, neles, discutia-se apenas assuntos do cotidiano. Porém, com a chegada das máquinas de lavar e com a transferência da lavanderia para o interior das casas com a distribuição da água particular, em meados do século XX, esses locais desapareceram do cenário urbano.

Alguns códigos de urbanidade ditavam as condutas das mulheres nas cidades. As mulheres humildes circulavam com maior liberdade pelas ruas. Considerando a péssima qualidade das casas populares, elas costumavam ficar mais tempo fora de casa, exerciam o seu trabalho, iam ao mercado e às lavanderias. O hábito de ficar fora de casa, no degrau da porta ou próximo aos vizinhos, era característica das mulheres rurais populares, assim, devido a essa facilidade de contato com a urbe, esse grupo acabava tendo mais acesso ao espaço público.

Já as mulheres mais abastadas, tinham que cumprir a conduta de moças “decentes”, no qual era somente permitido circular e frequentar locais apropriados, usando roupas adequadas. Para esse grupo, o limite era ver a cidade do interior de suas janelas, através das cortinas, que preservavam a intimidade e possibilitavam um contato visual discreto com o espaço público.

Fazendo um contraponto com o Brasil do século XIX, o país começa a sofrer transformações importantes no convívio social, principalmente, com a consolidação do capitalismo e a ascensão da burguesia, fatores que influenciaram diretamente nas mudanças do espaço urbano da época. As cidades desorganizadas, onde o setor público e privado misturavam-se, eram palcos de espaços caóticos e imundos, no qual não havia separação entre Casa e Rua. “Com a aquisição de seu novo *status* de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado - a casa. Visto que a cidade tinha se transformado num lugar de interesse público, em que todas as antigas formas de uso foram banidas ou ajustadas à nova ordem (...)” (Pinsky e Del Priore, 1997, p. 226).

Assim, as cidades começaram a sofrer um processo de interiorização da vida doméstica, e as mulheres burguesas tinham que cumprir com seu papel social de cuidadora do lar, boa esposa e mãe educadora. Esse processo de privatização da família, teve como consequência o julgamento constante das atitudes da mulher por parte de seu ciclo social mais íntimo.

(...) A mulher submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. (...) Não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram que aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (p. 228).

Se por um lado, as mulheres burguesas sofriam pressão social acerca de um comportamento “perfeito” para obterem uma vida impecável, por outro, as mulheres pobres eram pressionadas a entrarem na nova conduta do modo de vida burguês.

A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não apenas às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e valores diversos, próprios da cultura popular (p. 364).

Após a nova conduta urbana ser instaurada, as mulheres populares foram muito prejudicadas, e tiveram seu modo de vida oprimido e desprezado. A rua passou a ser caracterizada como espaço de desvio, no qual era necessário “vigiar” e “cuidar” das mulheres que ali circulavam. As mulheres que circulavam sem supervisão, ou mesmo desacompanhadas, eram tidas como “não respeitáveis”. “Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência” (p. 365).

Assim, o período Pré-industrial suscitou transformações significativas na história das mulheres. Com o desenvolvimento do capitalismo e do cres-

cimento econômico, o fomento da industrialização transformou a economia e o padrão da vida das populações, permitindo a partir do século XVIII que as mulheres também desempenhassem o labor.

A produção doméstica, envolvendo o trabalho de toda família no local da residência, marcaram uma fase em que as mulheres dividiam as responsabilidades produtivas e econômicas da família. Inicia-se a dupla jornada de trabalho das mulheres, no qual elas necessitam dividir o tempo entre o cuidado da família e o labor.

Com o aumento da urbanização e com o crescimento da classe média, ocorreu uma melhoria na qualidade de vida, permitindo que algumas mulheres abandonassem o trabalho e contratassem empregadas, possibilitando mais tempo para se dedicarem ao cuidado da casa e da família, desligando-se dos negócios e preferindo o conforto, o lazer, e conseguindo participar mais nos eventos sociais, sendo considerados esses como o perfil do sucesso familiar.

Ao mesmo tempo, essa fase é marcada por profundas mudanças de comportamento. Com os avanços democráticos e científicos, novas oportunidades de trabalho surgiram, ampliou-se a visão tradicional do papel feminino, e a oposição entre o feminino e masculino fortaleceu novos códigos e leis, como na área da medicina, filosofia, na arte e nos costumes. Pinsky deixa claro em seu texto, que o acesso a postos de trabalho foi fundamental para a emancipação das mulheres, sendo um fator relevante para mudanças na forma como elas passaram a utilizar os espaços públicos da cidade, saindo do âmbito doméstico, e ocupando locais que anteriormente eram utilizados prioritariamente pelos homens.

Muitas mulheres seguiram com a escolha de serem mães responsáveis pela família. Porém, houve nesse período, uma ampliação dos espaços de atuação das mulheres e assim, determinadas mulheres, buscaram ultrapassar as convenções, dedicando-se a atuar no campo das artes, literatura e filantropia. Muitas mulheres ao se dedicarem à filantropia,

estando em contato com a miséria, rebelaram-se diante das injustiças sociais. Essa dedicação deu à elas uma competência no campo social, permitindo alçar novos voos, que serviriam de base para o início da consciência de gênero, e nesse fluxo as pautas defendidas pelo feminismo avança.

Porém, o papel de “anjo do lar” ou intelectual, não cabia entre as mulheres do povo, em especial as camponesas e trabalhadoras. “As donas de casa das classes populares, quando não podiam se dedicar a um trabalho fixo, esforçavam-se para melhorar o orçamento doméstico, atuando em serviços eventuais que lhe rendiam alguns trocados” (p. 279).

No começo do período Industrial, muitas mulheres tinham que trabalhar por longas horas em condições precárias. Esta situação provocou escândalos e protestos, forçando os governantes a controlar as horas de trabalho, proporcionando maior qualidade nos locais de trabalho. Porém, essas leis não atendiam às mulheres que trabalhavam em casa, e portanto, permaneciam expostas à exploração.

É a partir do final do século XVIII, que se tem a origem do movimento feminista. Embora as ideias do feminismo estejam presentes em vários períodos da história, é nesse período que a busca das mulheres por melhores condições de vida, pela defesa de direitos à educação e à influência política, fortaleceu a diversificação dos canais de participação desse grupo, propondo ideais heterogêneos.

A primeira fase do feminismo tem como base as questões individuais e de educação. As mulheres passam a lutar por direitos políticos e sociais, exigindo do Estado, melhorias para suas vidas, mudanças nas relações sociais, a ampliação da participação na sociedade, e melhoria nas questões econômicas e de relações de trabalho.

O movimento de mulheres enfrentou muita hostilidade, quase sempre eram minorias, e o fato de terem seguido contra os preceitos da época, fez de suas conquistas, fatos relevantes. Com persistência, a circulação das ideias feministas aumenta no final do século XIX, e início do século XX,

ampliando seu entendimento e atravessando fronteiras através de publicações, revistas, documentos feministas, criação de associações, atuação em sindicatos, encontros nacionais e internacionais e também, com maior circulação das mulheres pelo mundo, como viajantes, imigrantes e exiladas políticas.

Diversos grupos mobilizaram-se através dos preceitos feministas, conquistas que também ajudaram a modificar o espaço urbano. Professoras marcharam ao lado de trabalhadoras, lutando pela redução da jornada de trabalho, exigindo do governo a providência para falta de água potável e melhores condições de higiene nos bairros e escolas. Assim, avanços significativos ocorreram no ambiente urbano. Nos países desenvolvidos, era crescente o número de mulheres pobres que passou a viver em habitações mais confortáveis, em cidades mais limpas e com melhor infraestrutura.

A condição de vida estava melhor, a mortalidade infantil diminuiu, juntamente com o trabalho infantil, o tamanho das famílias começa a decrescer, e em muitos países ocorre a regulamentação da obrigação da frequência escolar das crianças. Há mudanças significativas em curso, como por exemplo, o desenvolvimento da indústria pesada que prioriza o trabalho masculino, e o incremento do setor terciário e tecnológico que transforma o caráter do trabalho feminino. Neste contexto, poderia ser chamado, o século XX como o século das mulheres.

O movimento feminista teve no século XX muitas de suas reivindicações alcançadas, mas não se pode considerar que esse período tenha oferecido condições plenas de cidadania para as mulheres. A busca pela plena cidadania continuou em pauta, porém, as conquistas estavam em constante ameaça com a possível retomada dos antigos estereótipos, que reduzem o espaço da mulher a condição privada, oferecendo risco às vitórias alcançadas.

A Primeira Guerra Mundial pode ser considerada um divisor de águas na luta pelos direitos políticos das mulheres. Por um lado, as organizações

feministas interrompem suas lutas, pois, comprometem-se com a participação pela mobilização da guerra. Porém, o fato das mulheres terem sido convocadas para substituir a mão de obra masculina nas indústrias, principalmente de armamento, coloca por terra os argumentos centrados na natureza da domesticidade e maternidade como únicas virtudes das mulheres. Assim, logo após a Primeira Guerra, vários países concedem o direito ao voto a esse grupo, sendo esta uma conquista de longos anos do movimento pelo sufrágio universal.

Na Segunda Guerra Mundial, novamente a força feminina é chamada a participar de inúmeras atividades produtivas. É a partir dessa fase de combate e reconstrução que as mulheres passam a participar do universo das universidades, um feito histórico, com prioridade para os cursos das ciências humanas e da literatura, com algumas raras participações femininas nos cursos de medicina e engenharia.

Com a crise de 1930, a prioridade passa a ser a empregabilidade dos homens, pois ainda se tinha a ideia de que o emprego para o grupo masculino significava sobrevivência, e para as mulheres uma espécie de complemento social. Porém, conclui-se que o alcance da mulher à cidade, dá-se em paralelo ao seu alcance ao trabalho.

A ascensão das atividades profissionais das mulheres é um momento significativo um marco na democracia ocidental contemporânea. A jornada de trabalho das mulheres aumenta, conforme acontece a evolução da entrada desse grupo no mercado de trabalho, uma vez que ela sobrepõe as tarefas reprodutivas, acumulando, assim, dupla e tripla jornada de trabalho. Pode-se considerar que nos últimos trinta anos, inicia-se um novo ciclo histórico na emancipação da mulher que avançou no mercado de trabalho (Lipovetsky, 2000).

Esse avanço modifica não só a relação das mulheres com suas famílias, mas modifica também o trabalho, os estudos, a relação com seu próprio corpo, fortalecendo sua nova identidade.

Não quer dizer que as mulheres não trabalhavam em outros períodos da história, a relação com o trabalho sempre existiu, tanto na cidade como no campo. Contudo, o que muda é o acesso aos direitos e cidadania, o acesso ao salário e a possibilidade de almejar maior independência, que em outros períodos históricos não era permitido. A rejeição social ao trabalho feminino, fortalecendo a ideia de que o homem é produtivo e a mulher a reprodutora restrita ao espaço doméstico, confere ao modelo patriarcal, uma tradição social e moral que normatiza a situação da mulher do lar.

A mulher do lar moderna, é definida por Lipovetsky, seguindo a doutrina das “esferas separadas”: trabalho e família são ambientes antagônicos. O homem é destinado à esfera profissional e a mulher à “home sweet home”. Esse modelo inicialmente era uma condição ideal para famílias burguesas, influenciando outras camadas sociais.

Entre a Segunda Guerra e o início dos anos cinquenta, o conceito da liberdade feminina altera-se de forma significativa. Os Estados Unidos iniciam o discurso da modernidade com a afirmação de costumes ainda mais tradicionais. O papel doméstico da mulher fomenta-se a partir de um conjunto de equipamentos para repaginar essa nova mulher do lar moderno, agora, equipada, e muito mais eficiente e devota ao “modelito” patriarcal.

Além das novidades que traziam mais conforto, outro fenômeno que avança com a modernidade, é o acesso aos produtos de beleza, que prometem a melhora na qualidade estética do corpo, pressionando as mulheres a estarem sempre bonitas de acordo com os padrões de beleza impostos. Essa condição, em pleno século XX, limita as mulheres à esfera privada. “Esse ideal da dona de casa contribuiu para confinar as mulheres no espaço fechado da família, para afastar as funções públicas” (Lipovetsky, 2000, p. 213).

A partir dos anos Sessenta, inaugura-se um novo ciclo, o denominado pós-moderno, que caracteriza a pós-mulher do lar. O ideal de “fada do

lar” não tem mais unanimidade e ampliam-se as publicações a respeito do descontentamento e das frustrações, além da meritocracia da vida. Entre as correntes feministas o questionamento é generalizado, aumenta-se a pressão acerca do assunto, e a condição da mulher condicionada à esfera doméstica é alterada pela opinião pública, modificando-se o reconhecimento social das mulheres

A nova cultura de trabalho fez com que a mulher abrangesse uma identidade profissional que leva a uma concorrência direta pelos espaços anteriormente masculinos. Assim, firma-se uma marca para a pós-mulher do lar, fazendo, também, transformações nas formas de trabalho e adaptações, passando de uma cultura hostil para uma cultura favorável ao público feminino, sem evoluir na questão da igualdade salarial. As mulheres são beneficiadas, também, com mais condições de acesso, abertura à vida social, autonomia, lazer, no qual legitimou o desejo de poderem viver para si. “O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma vida sua” (p. 228).

Para Lipovetsky, então, a terceira mulher é caracterizada por essa pós-mulher do lar, ao considerar a “ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, e bem como a relação entre os sexos” (p. 231).

Essa nova dinâmica pós-moderna conta com avanços para o público feminino, porém, está longe da homogeneização dos papéis de gênero, mesmo após as medidas de progresso efectuadas que não conseguiram eliminar a ideia da exclusividade pela responsabilidade doméstica individual das mulheres.

Ao longo de todos os períodos históricos analisados, apresenta-se a dualidade entre os gêneros e seus papéis desempenhados na construção das determinações políticas e na condição da vida coletiva. Percebe-se uma repetição de padrão e de disputa pelo uso do território. A cada momento histórico, é dada à mulher uma conquista pela sua imagem e espaço de atuação, mas prioritariamente

em todas as épocas, o espaço e papel da mulher está condicionado a partir da determinação dos homens.

Cidades inclusivas para as mulheres: condições e desafios para cidade contemporânea.

No marco descrito, “tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que as mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida.” (Montaner e Muxi, 2014, p. 199).

Ao longo do período histórico, observa-se o homem como ser universalizante da narrativa. De facto, os relatos conhecidos atualmente na sociedade, são baseados em discursos masculinos, no qual as mulheres não se reconhecem. Elas sempre estiveram presentes no espaço público, porém, invisibilizadas na história.

Analisando o esquema acima (Figura 2), entende-se que a participação das mulheres no desenho e nas transformações do espaço público, é recente. Mais precisamente, este momento de participação

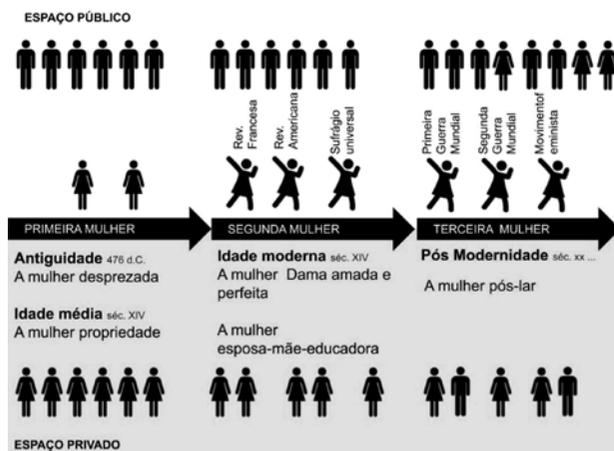


Figura 2. Diagrama síntese da relação histórica das mulheres com espaço público e privado. Fonte: síntese gráfica do livro *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino* (Lipovetsky, 2000).

pública ativa encontra-se a partir da metade do século XX, quando elas avançam em seus postos de trabalho e passam a frequentar as universidades, influenciando o campo profissional e do conhecimento.

No campo da Arquitetura e Urbanismo, Gonzaga (2004) destaca que em 1970, mulheres francesas envolvidas nas questões do planejamento da cidade, desenvolveram uma discussão sobre as mulheres e a cidade, o que resultou na “Carta das Mulheres para a Cidade”, documento histórico reivindicando o direito ao acesso à cidade.

Nesta fase, o pensamento do feminismo materialista na prática da arquitetura, ao identificar o trabalho como opressão, influenciou e modificou a realidade dos espaços, e com isso começam a surgir novos programas arquitetônicos para a cidade, como as casas coletivas com equipamentos comuns, com lavanderia, cozinhas, berçários e equipamentos que dariam suporte ao cotidiano das mulheres diante da sua nova jornada produtiva. Anunciando-se que ao se construir uma metodologia feminista, considerando a diversidade e acesso a todos, permitir-se-ia buscar novas soluções, indo além da imaginação e determinação do pensamento masculino para a arquitetura, tornando possível a compreensão mais subjetiva a partir de uma perspectiva feminina.

Em contrapartida, os homens, ainda são detentores do poder econômico: são eles os responsáveis pelo planejamento das cidades e pela perpetuação de espaços públicos que discriminam certos usuários.

O urbanismo Moderno generaliza o sujeito dominante como padrão, assim, outros atores não são levados em conta, nem parece existir uma preocupação sobre outros olhares ou outras formas de se viver a cidade. Entende-se que “em grande parte, a cidade é planejada para um homem (papel de gênero, não de sexo) de média idade, em plenas condições físicas, com um trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro privado e com uma esposa que o aguarda em casa com tudo feito e preparado [...]” (Montaner e Muxi, 2014, p. 207).

Nas últimas décadas, esse quadro vem mudando, no momento em que se amplia a participação das mulheres no mercado de trabalho, na política, e a medida que diminui-se sua reclusão à esfera privada. Dois fenômenos influenciam essa questão: por um lado, a mudança no estilo de vida das famílias e, por outra parte, as regras para o uso da cidade que supõe que todos os espaços são aparentemente acessíveis a todos. Dessa forma podemos considerar que o uso do espaço público pelas mulheres é um fenômeno recente na história, porém junto com ele, cabe discutir como acontece a relação com o espaço privado, uma vez que as mudanças de comportamento apontam para novas estruturas de família e relações de tempo e espaço.

Portanto, o fato de um espaço ser acessível, não determina que ele seja seguro para as mulheres, mesmo sendo um espaço público ou privado. Ressalta-se neste pensamento, o problema da violência doméstica, que ronda o problema habitacional, no qual, o fato de as mulheres não terem a posse da propriedade, ou condições financeiras de sustentar a família, acabam sujeitando-se a violência em seu universo privado. Essa questão é levantada por Gonzaga (2004), ao chamar atenção a essa realidade da violência contra a mulher e a importância do surgimento dos espaços das Delegacias de Defesa da Mulher, com finalidade de amparo às vítimas de violência sexual e familiar que vem sendo revelados na cena das cidades.

As mulheres vivem a cidade diferentemente dos homens, uma vez que são as mulheres, em sua maioria, responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo da família. Com o acúmulo dessas responsabilidades, além do fato da sobrecarga de afazeres, seus percursos e trajetos na cidade são mais diversificados o que faz com que o desenho da cidade racionalista projetada para o fluxo produtivo e com prioridade ao uso dos carros, não atenda suas necessidades cotidianas. Assim, as mulheres enfrentam dificuldades em relação a mobilidade urbana.

Nesse âmbito, pode-se citar a falta de qualidade dos transportes públicos, que seguem rotas diretas



Figura 3. Ciclo de debates Florianópolis. Fonte: Ana Araújo.

e desconsideram os deslocamentos alternativos das mulheres, que muitas vezes aproveitam o caminho de casa para fazer compras por exemplo, ou pegar os filhos na escola. São situações que contribuem para ampliar as distâncias entre o trabalho e a casa, trazendo conflitos para as questões de mobilidade urbana que requerem um grande esforço por parte das mulheres, considerando que são insuficientes os horários e a infraestrutura de transporte coletivo para atender à demanda de uma grande maioria da população, formada por jovens, mulheres, crianças e idosos.

Sobre a percepção de segurança, Gonzaga (2004) afirma que, para a mulher, longos percursos na cidade significam mais que mera distância: significa um tempo maior de exposição em espaços de vulnerabilidade, principalmente em regiões em que se encontram imóveis abandonados, terrenos vazios e sem muro. Além de restringir a mobilidade em determinados horários, expondo-se a um risco maior, as mulheres que precisam se deslocar em horários durante a noite ficam mais expostas ao perigo. Uma percentagem de 97% das entrevistadas pela Pesquisa Segurança das mulheres no transporte¹ (Instituto Patrícia Galvão/Locomo-

.....

1 Segurança das mulheres no transporte, acessado em 19/01/2020, disponível em: <https://dossies.agenciapatriaciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>



Figura 4. Ciclo de debates Florianópolis. Fonte: Ana Araújo.

tiva, 2019) afirmou ter sido vítima de assédio em meios de transporte e um número de 71% conhece alguma mulher que já sofreu assédio em espaço público.

Há de considerar também a dificuldade de acessibilidade que apresentam as calçadas, que não possuem condições de passagem para carrinhos de bebês, carrinhos de compras e cadeiras de rodas. Além disso, a iluminação das ruas é insuficiente, o que torna a caminhabilidade um risco à sua integridade física e mental.

Neste caso, os investimentos em iluminação pública, cuidado com espaços vazios e a disponibilização de mais linhas de ônibus e menores distâncias entre os pontos de embarque e desembarque são medidas simples que podem facilitar e garantir mais proteção ao cotidiano das mulheres na cidade.

Com esses exemplos é possível constatar que as mulheres vivenciam a cidade de uma maneira diferente que os homens. Gonzaga (2004) considera que a inserção na trama das relações sociais de gênero constitui uma questão cultural que se constrói no processo histórico da humanidade e que demonstra que o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado.

Assim, pode-se concluir que, ao não considerar os interesses e necessidades das mulheres, ao intervir

na estrutura urbana, comete-se um grave erro com sérias consequências sociais. Complementando a defesa de Gonzaga, a arquiteta Paula Freire Santoro destaca a seguinte questão:

As mulheres são sensíveis aos lugares abandonados (por questões de segurança, que por muitas vezes significavam uma ameaça maior a elas do que aos homens); à necessidade de lazer dos filhos, ao transporte com qualidade e em quantidade suficiente para garantir seu espaço dentro do espaço coletivo (Santoro, 2008, p. 4).

O fato de não se investir nas soluções para as demandas das mulheres significa que, apesar da inserção massiva desse grupo no mercado de trabalho e no espaço público, a cidade não se preparou para recebê-las. O quadro agrava-se quando envolve as mulheres de mais baixa renda, com baixo nível de escolaridade e aquelas que têm tripla jornada de trabalho como é o caso das que se encontram em situação de maternidade e sofrem com a falta de infraestrutura de creches para receber seus filhos em tempo integral.

Essas limitações de acesso e direito à cidade ferem o direito à cidadania, pois impedem a mulher de se desenvolver e avançar no mapa mental de equidade para as cidades do século XXI. Cabe, atualizar os dados sobre a condição da exclusão urbana e como essa realidade afeta as mulheres, segundo dados da PNAD/IBGE², o número de mulheres chefes de família passou de 1 milhão, em 2001, para 6,8 milhões, em 2015 (alta de 551%). No caso dos casais sem filhos, o crescimento foi ainda maior, de 339 mil para 3,1 milhões (alta de 822%). A Síntese de Indicadores Sociais³ (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 56,9% das mulheres que sustentam a casa e

.....
2 Pesquisa Nacional de amostra por domicílio, acesso em 19/01/2020 <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

3 Síntese de Indicadores sociais do Brasil, acesso em 19/01/2020 <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

tem filhos de até 14 anos estão abaixo da linha da pobreza. Dentre estas, 64,4% das mães negras.

Outro fato a destacar é que muitas dessas mulheres enfrentam esse quadro de desigualdade sozinhas, 5,5 milhões de brasileiros/as não têm o nome do pai no registro de nascimento, segundo Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2012⁴, o que aponta para a centralidade da presença feminina e a ausência paterna na educação e no sustento dos filhos.

Aqui cabe uma reflexão, assim como na década de 70 arquitetas profissionais da área de planejamento e movimento sociais se emcubiram de um movimento por mudanças na cidade a luz da perspectiva de gênero e feminista, hoje no Brasil temos, conforme revelado no Censo⁵ dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil, uma prevalência de arquitetas e urbanistas mulheres no país. O censo revela ainda que elas representam 63% do total de profissionais em atividade, contra 37% de homens, tendência que vem crescendo ao longo das décadas, havendo predominância feminina entre os membros mais jovens da profissão.

O estudo ainda revela que “entre os profissionais com idades no intervalo de 41 e 50 anos as mulheres são pouco mais que a metade (57,4%), porém entre os 20 e 25 anos essa taxa é de 78,3%. Os homens são maioria apenas na faixa acima de 61 anos, na qual eles são 71% do total”. A maioria dos arquitetos e urbanistas no Brasil é composta, portanto, por mulheres jovens.

Diante deste cenário o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, tem provocado algumas ações para ampliar a reflexão sobre o papel das arquitetas no desenvolvimento das cidades e na atuação profissional. Através da criação da

.....
4 Censo escolar 2012, acesso em 19/01/2020 http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

5 Censo de arquitetos Brasileiros, acesso em 19/01/2020 https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf



Figura 5. Ciclo de debates Aracajú. Fonte: CAU SE.

Comissão Temporária de Equidade de Gênero em maio de 2019, busca-se além do tema da representatividade, expandir o diálogo sobre o direito das mulheres à cidade.

Cabe aqui destacar o papel estratégico dessa comissão através de seu plano de trabalho. Ressalta-se assim o compromisso assumido pelo CAU/BR, por meio da Deliberação Plenária DPOBR nº 0076-01/2018, que propõe promover a equidade de gênero em todas as suas instâncias organizacionais e em seu relacionamento com a sociedade, seguindo os princípios definidos pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e a ONU Mulheres. Também na DPOBR Nº 0058-11/2016, no momento em que é firmado o Memorando de Entendimento com a ONU HABITAT, apresenta-se o objetivo de contribuir para a implementação da Nova Agenda Urbana, aprovada durante o Habitat III (Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), bem como para o alcance do 5º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU que aponta à igualdade de gênero.

As ações em cima mencionadas podem-se considerar um marco histórico para o planejamento urbano brasileiro e para a luta das mulheres, uma vez que o CAU, enquanto regulador nacional da Arquitetura e Urbanismo e órgão público responsável pela melhoria da profissão, tem capilaridade

em todo o território nacional e cria canais de diálogo diretos com demais entidades de Arquitetura e Urbanismo e com atores estratégicos da sociedade. Considerando que os compromissos do CAU deveriam ser voltados à sociedade como um todo, e não apenas aos arquitetos(as) e urbanistas registrados(as), os trabalhos previstos pela Comissão instituída busca problematizar questões internas e externas que inter-relacionem a arquitetura, o urbanismo e o gênero em todas as esferas sociais.

Alguns dos temas previstos no Plano de trabalho⁶ a serem abordados, estão previstos na Nova Agenda Urbana. Entre os projetos, cabe destacar a realização do “Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura - Cidades inclusivas para as mulheres” em parceria entre a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados, bem como, o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo. Os eventos estão previstos para acontecerem nas 5 regiões do país, nas capitais de Santa Catarina⁷, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia⁸, Distrito Federal, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro⁹ e Campo Grande durante os meses de setembro de 2019 a março de 2020 e contam com o envolvimento de parlamentares mulheres, arquitetas e mulheres do movimento social.

6 Plano de trabalho Comissão Temporária de Equidade de Gênero CAU/BR https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1gB0mabJaGsSjYzpd_c9KtKae0mw-5LW

7 Ciclo de debates CAU/SC, acesso em 19/01/2020. <http://www.causc.gov.br/noticias/ciclo-de-debates-inicia-debate-nacional-sobre-direito-das-mulheres-a-cidade-junto-aos-cau/> <http://www.causc.gov.br/fotos/1o-ciclo-de-debates-mulheres-na-arquitetura-cidades-inclusivas-para-as-mulheres/> http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/assembleia-legislativa-realiza-o-1-ciclo-de-debates-mulheres-na-arquitetura

8 Ciclo de debates CAU/BA, acesso em 19/01/2020 <https://www.cauba.org.br/bahia-recebe-ciclo-de-debates-sobre-o-direito-das-mulheres-a-cidade/>

9 Ciclo de debates CAU/RJ, acesso em 19/01/2020 <https://www.caurj.gov.br/ciclo-de-debates-sobre-cidades-inclusivas-para-mulheres-visita-a-uniflu/>



Figura 6. Ciclo de debates Salvador. Fonte: CAU BA.

Trata-se de uma intensa agenda de encontros itinerantes com o objetivo de consolidar uma política de equidade de gênero dentro do CAU e também promover a construção de cidades que atendam às necessidades das mulheres. Como resultado do “Ciclo de Debates”, espera-se construir a “Carta das Mulheres Brasileiras para as Cidades”, documento que busca orientar as ações para a melhoria do cotidiano das mulheres na cidade através de orientações para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas. Pretende constituir, portanto, uma rede de atuação nacional cujo objetivo será articular e implementar as ações para incentivar às cidades brasileiras espaços inclusivos para as mulheres.

Considerações finais

Conclui-se que diante de toda assimetria de interpretações e linguagens, os homens e as mulheres constroem-se socialmente e estabelecem-se nos territórios, como por exemplo, na área da caça, da coleta, da amamentação, da procriação e do trabalho. Os homens foram ensinados possuir o poder, buscando no espaço externo sua arena de expressão, enquanto que as mulheres aprenderam a comunicarem e articularem qualidades e bens o que estão mais próximos. Tendo a linguagem como instrumento, elas transmitem de geração em geração o aperfeiçoamento a partir das percepções, que são desconstruídas diante de novas necessidades e adaptações.

Pelo poder conferido aos homens, justifica-se que a história do mundo foi contada a partir de uma perspectiva masculina, o que revela que, nas disputas territoriais, as mulheres estão, historicamente, submetidas à determinação do poder patriarcal, não se sentindo pertencentes a essa história.

Ao distinguir as influências das esferas públicas e privadas, e compreendendo as diferenças entre as relações sociais entre homens e mulheres, onde o mundo público —econômico e político— cabe aos homens, e o mundo privado —íntimo e doméstico— cabe às mulheres, pode-se dizer que a cidade é sexuada. Em função dessa divisão, Calió (1991) chama atenção para a “invisibilização” das mulheres na multidão urbana. “Elas estão lá, importantes para o cenário, mas insignificantes para a cena” (p. 4).

Outra questão que destaca-se neste debate, é a suposta neutralidade do espaço urbano a partir do pressuposto de atender um sujeito universal. Assim, havendo um sujeito universal, mascarado como sendo do sexo masculino, porém abrangendo genericamente homens e mulheres, a cidade atenderia as especificidades da vida cotidiana de todos? Muxi (2012) defende que a universalidade esconde o verdadeiro sujeito de direito, uma vez que o universalismo tem como critério de se desenvolver a partir da referência do mundo público, com a participação no mercado e os espaços atribuídos aos homens, e não inclui o espaço doméstico, definido como feminino e onde as atividades da função reprodutiva acontecem. Desta forma, conclui que essa neutralidade é falsa.

Entende-se que a partir da necessidade e do direito de todos para quem a cidade é pensada, é necessário compreender a diversidade e as especificidades que existem entre homens e mulheres ao utilizar a cidade, ao desenvolverem suas atividades produtivas e reprodutivas. Esse fato aponta para a importância de conhecer suas distintas experiências ao planejar espaços públicos para garantir acesso igualitário à cidade e à cidadania. Observar aspectos como uso do solo, mobilidade, limites, visibilidade e iluminação são variáveis que devem

ser levadas em conta de acordo, também, com as diversas perspectivas e vivências das mulheres.

Muxi (2012) ainda ressalta que é preciso olhar a cidade como um todo, numa escala distante e nas especificidades das operações diárias, para poder compreendê-la em rede, e, com isso, considerar aspectos da demanda diária das pessoas como critério de acesso a soluções seguras, que garantam vitalidade e qualidade para o desenvolvimento da vida na cidade e que permitam satisfazer as necessidades diárias de todos.

Nesta esteira a ação apresentada pelo Conselho de Arquitetura do Brasil com a intenção de orientar uma política de equidade no CAU e orientar o debate sobre a necessidade de ter cidades mais inclusivas para as mulheres, pode ser considerado um passo importante para o avanço da luta das mulheres pelo seu direito à cidade e com isso tornar as cidades acessível a todos.

Dessa forma, o desafio que se coloca para o século XXI é que essa disputa ou entendimento de território precisa de uma urgente revisão, e isso exige um aprofundamento na realidade contemporânea, considerando sua complexidade social, econômica e ambiental, além de toda a dicotomia entre as relações de classe, gênero e etnia. Para que haja a garantia do processo de participação das mulheres no debate do direito à cidade, é preciso pensar em um novo modelo que tenha como base a inclusão das diversidades, que poderá fomentar novos modelos de cidades. Assim, as raízes predominantes na sociedade, que se expressam no espaço da cidade, anunciam a necessidade de uma desconstrução dos processos de exclusão, visando novas alternativas e possibilidades de fomentar a equidade, a diversidade, a participação e a sustentabilidade.

Referências bibliográficas

Calió, S. A. (1991). *Relação de gênero nas cidades: uma contribuição do pensamento feminista à geografia humana*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Duby, G. y Perrot, M. (1990). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento.
- Gonzaga, T. O. (2004). *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo : Companhia das Letras.
- Montaner, J. M. y Muxí Martínez, Z. (2014). *Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos*. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili.
- Muxi, Z. (2012). Mujeres Públicas. In: Valdivia, Gutiérrez, B., Ciacoletto, A. *Estudios urbanos, gênero e feminismo: Teoria e experiências*. Barcelona: Coletiu Punt 6. Disponível em: [https://issuu.com/punt6/docs/publicaciondefinitivaestudiosurbano. Acesso em 19/01/2020].
- Perrot, M. y Bresciani Martins, M. S. (1998). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- Pinsky, J., Bassanezi, C. y Pedro, J. M. (2014). Igualdade e especificidade. In: Pinsky, J., Bassanezi, C. (org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, pp. 264-309.
- Pinsky, J., Bassanezi, C., y Del Priore, M. (1997). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto : Ed. da UNESP.
- Risério, A. (2015). *Mulher, Casa e cidade*. São Paulo: Editora 34.
- Santoró, P. (2008). *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 1-16). Caxambu: Unicamp.
- Instituto Patrícia Galvão (2019). Segurança das mulheres no transporte. Disponível em: [https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/]. [Acesso em: 19/01/2020].
- CAU/BR (2019). Plano de trabalho Comissão Temporária de Equidade de Gênero. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1gBOMabJaGsSjYzpd_c9KtKae0mw-5LW]. [Acesso em: 19/01/2020].
- IBGE (2016). Pesquisa Nacional de amostra por domicílio, Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e]. [Acesso em: 19/01/2020].
- IBGE (2019). Síntese de Indicadores sociais do Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf]. [Acesso em: 19/01/2020].
- INEP (2012). Censo escolar 2012. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf]. [Acesso em: 19/01/2020].
- CAU/BR (2018). Censo de arquitetos brasileiros. Disponível em: [https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf]. [Acesso em 19/01/2020].
- CAU/SC (2020). Ciclo de debates. Disponível em: [http://www.causc.gov.br/noticias/ciclo-de-debates-inicia-debate-nacional-sobre-direito-das-mulheres-a-cidade-junto-aos-cau/] [http://www.causc.gov.br/fotos/1o-ciclo-de-debates-mulheres-na-arquitetura-cidades-inclusivas-para-as-mulheres/][http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/assembleia-legislativa-realiza-o-1-ciclo-de-debates-mulheres-na-arquitetura]. [Acesso em 19/01/2020].
- CAU/BA (2020). Ciclo de debates. Disponível em: [https://www.cauba.org.br/bahia-recebe-ciclo-de-debates-sobre-o-direito-das-mulheres-a-cidade/]. [Acesso em 19/01/2020].
- CAU/RJ (2020). Ciclo de debates. Disponível em: [https://www.caurj.gov.br/ciclo-de-debates-sobre-cidades-inclusivas-para-mulheres-visita-a-uniflu/]. [Acesso em 19/01/2020].